

A SOCIEDADE CIVIL NAS ELEIÇÕES DE 2014 EM MOÇAMBIQUE

OPORTUNIDADE DE AFIRMAÇÃO PERDIDA?

Sérgio Chichava e Egídio Chaimite

INTRODUÇÃO

O boicote do principal partido da oposição moçambicana, Renamo, às primeiras eleições locais de 1998, por não concordar com alguns aspectos da lei eleitoral e outros ligados à lei autárquica¹, assim como a grave crise eleitoral ocorrida após a não aceitação dos resultados das segundas eleições gerais de 1999 por parte deste partido, sob pretexto de fraude, levou a que organizações da sociedade civil moçambicana (SCM) vissem a necessidade de se organizar de modo a fazer a observação dos processos eleitorais².

Tratava-se mais concretamente de fazer contagem paralela, visto que, desde as primeiras eleições gerais realizadas em 1994, algumas organizações da SCM já vinham participando nos processos eleitorais através de programas de educação cívica. Para as eleições de 1994, por exemplo, e ainda numa fase bastante embrionária da SCM, as antigas Organizações Democráticas de Massas (ODM) do partido Frelimo, nomeadamente a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM), bem como algumas confissões religiosas, como o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e a Igreja Católica, eram os principais actores não estatais locais que realizavam campanhas de educação cívica com apoio da Associação dos Parlamentares Europeus (AWEPA, na sigla inglesa) e da Cáritas (Hansma & Troost, 1995). Entretanto, a quase inexistência de organizações da SCM na época fazia que, além das ODM, os maiores protagonistas das campanhas de educação cívica fossem as organizações interna-

¹ A Renamo boicotou as primeiras eleições locais de 1998 por não concordar com o princípio de gradualismo defendido pela Frelimo, segundo o qual as eleições deviam ser realizadas em locais que apresentassem condições económicas e sociais e capacidade administrativa e financeira indispensáveis ao seu funcionamento. Além disto, a Renamo também alegava a existência de irregularidades no recenseamento eleitoral e discordava das funções dos Órgãos Locais do Estado e dos municípios coabitando no mesmo espaço geográfico.

² Alegando fraude e não reconhecendo o governo saído das eleições de 1999, a Renamo realizou uma série de manifestações por quase todo o País. A Polícia reagiu com violência, sobretudo em regiões onde a Renamo é mais popular, tendo, por isso, havido mortes. O caso mais gritante deu-se em Montepuez, onde mais de cem apoiantes da Renamo, que tinham sido presos pela sua participação nas manifestações, acabaram perdendo a vida por asfixia numa prisão local.

cionais. Além da educação cívica, que consistia em ensinar os conceitos básicos de democracia, o acto de votar e o significado de voto, estas e outras organizações, com destaque para o Instituto de Educação Cívica (FECIV) e a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia (AMODE) – esta última criada sob o impulso dos doadores, em particular do Instituto Democrático Nacional (NDI, na sigla inglesa), em 1997 – começaram a fazer a observação do processo de votação em colaboração com observadores internacionais.

A contagem paralela, que passou a ser uma meta privilegiada, tinha como objectivo garantir a transparência e integridade ao processo de votação, mais particularmente na contagem dos votos, estabelecendo um clima de confiança entre os diferentes partidos e entre estes e os órgãos de administração e gestão eleitoral, de modo que os resultados eleitorais por estes produzidos fossem por todos aceites.

Foi assim que organizações como o Centro de Estudos para a Democracia (CEDE), o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), a AMODE e o CCM criaram, em Outubro de 2003, o Observatório Eleitoral (OE), com o apoio de alguns doadores como, por exemplo, a Cooperação Suíça (organização que mais impulsionou a implantação do OE) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla inglesa)³.

O primeiro acto do OE foi a observação das segundas eleições locais realizadas a 19 de Novembro de 2003, que, pela primeira vez, contaram com a participação da Renamo. Um dos actos marcantes do trabalho do OE nestas eleições foi ter obrigado a Comissão Nacional de Eleições (CNE) a rever os resultados referentes ao município de Marromeu, onde, segundo os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), a Frelimo e o seu candidato teriam vencido o candidato da Renamo e o seu partido por dois votos a mais na presidência e dezassete votos na assembleia municipal. Contudo, a contagem paralela realizada pelo OE indicava o contrário: se a Frelimo tinha ganho a maioria na assembleia municipal, o candidato deste partido perdera a favor da Renamo por apenas um voto de diferença (Hanlon, 2003).

Estava afirmada a credibilidade do OE junto das instituições políticas, partidárias e estatais e da sociedade moçambicana em geral. As terceiras e quartas eleições gerais de 2004 e 2009, assim como as locais de 2008, vieram novamente confirmar o bom desempenho do OE, tendo os resultados das eleições sido aceites sem grandes problemas, embora com algumas reservas da oposição, em particular da Renamo. Além de observar a votação e de fazer a contagem paralela, o OE eleitoral também monitorizava e produzia relatórios sobre conflitos ligados ao processo.

Com a credibilidade do OE firmada, outras organizações, como a Liga dos Direitos Humanos (LDH), a Conferência Episcopal da Igreja Católica (CEM), a Organização para a Resolução

³ O FECIV, que também participou em todas as etapas iniciais da constituição do OE, acabou por não subscrever o documento final daquela organização, alegadamente porque considerava que a conjuntura política da época não era favorável ao engajamento naquele tipo de iniciativas.

de Conflitos (OREC) e o FECIV, juntaram-se às quatro fundadoras, alargando para oito o número de organizações que compunham o OE. Entretanto, após as eleições de 2009 e depois de ter realizado um trabalho notável nas eleições locais de 2013, em que a CNE foi, mais uma vez, obrigada a rever os seus resultados, repetindo a eleição no município do Gurué, o OE, sob fundo de acusações de má gestão e de parcialidade, entrou em profunda crise. Esta crise levaria, entre outros aspectos, a que esta organização aparecesse dividida e desarticulada nas eleições de 2014, com algumas organizações que dela fazem parte a juntarem-se a outras na observação do processo eleitoral. Outras organizações da SCM sem experiência de observação de processos eleitorais, alegando os problemas acima descritos, também decidiram fazer observação eleitoral sem nenhuma concertação com o OE. Era, assim, num contexto de crise do OE que a SCM iria participar nas eleições de 2014.

Com base nas eleições de 2014, este artigo procura analisar o papel e o impacto da participação da SCM nos processos eleitorais em Moçambique. Argumenta-se que a crise no OE levou a que muitas organizações da SCM, sob forte impulso dos doadores, participassem no processo de observação eleitoral, sem, contudo, trazer mais qualidade e credibilidade ao processo. Isto deveu-se não só à sua fragmentação mas também à interferência de alguns partidos políticos e doadores no trabalho da SCM e à redução da observação eleitoral apenas ao processo de votação e contagem dos votos.

O presente artigo está organizado em duas partes. A primeira faz uma breve caracterização da SCM desde a Independência do País em 1975, enquanto a segunda, com particular enfoque nas quintas eleições gerais de 15 de Outubro de 2014, analisa a sua participação nos processos eleitorais.

Além de revisão documental e de literatura, o trabalho resulta, sobretudo, de entrevistas realizadas na cidade de Maputo com membros de diversas organizações da SCM, académicos moçambicanos e doadores em Janeiro e Fevereiro de 2015.

BREVE PANORAMA DA SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE

Considerada um elemento essencial para democracia, quando activa, independente e vibrante, a SCM é, por razões político-históricas, descrita por numerosos estudos como sendo fraca (Negrão, 2003; AFRIMAP & OSISA, 2009; Francisco, A., Mucavele, A., Monjane, P. *et al.*, 2007).

De acordo com Negrão (2003: 1), que considera a sociedade civil uma «instituição de intermédio», tal deveu-se ao facto de nem o Estado Novo português (1930-1975), durante o período colonial, nem o Estado pós-colonial, durante o período monopartidário (1975-1990), terem permitido que ela se desenvolvesse. Se o Estado Novo, pelo corporativismo, ditava a maneira como a sociedade e as organizações não-governamentais deviam ser orga-

nizadas, com a Independência de Moçambique em 1975 estas só poderiam existir se fossem criadas e organizadas pelo partido Frelimo e se estivessem ao serviço dos seus interesses, ainda que a liberdade de expressão, de opinião e de associação estivesse consagrada na Constituição de 1975, mais concretamente no Artigo 27.º. Portanto, à semelhança do Estado Novo, a Frelimo ditava que associações deviam existir e como estas associações e a imprensa se deviam organizar e funcionar.

Assim, e à excepção das instituições religiosas, foram suprimidas todas as organizações associativas criadas no tempo colonial e substituídas pelas chamadas ODM, que, sob a direcção da Frelimo, deviam permitir o «enquadramento geral dos trabalhadores», assim como a constituição do partido em «força dirigente de toda a sociedade» (Cahen, 1985: 47). As mais representativas na altura eram a OJM, a OMM, a OTM, a Organização Nacional dos Professores (ONP) e a Organização Nacional dos Jornalistas (ONJ). Aquando do 3.º Congresso da Frelimo em 1977, assim se pronunciou o então Presidente Samora Machel a propósito da visão deste partido sobre o significado, a função e as características das ODM:

As organizações democráticas de massas constituem o elo de ligação entre o Partido e o Povo. Nelas a Frelimo encontra uma fonte inesgotável de energia revolucionária. As organizações de massas são a grande escola onde se desenvolve a consciência de milhões e milhões de trabalhadores, homens e mulheres, velhos e continuadores. Elas são a base de recrutamento e o centro de formação e aperfeiçoamento contínuo dos militantes do Partido. As organizações democráticas de massas constituem o instrumento fundamental de alargamento e consolidação da larga frente popular anti-imperialista ao nível nacional, uma escola de vida democrática e de participação na vida social.

Elas permitem à Frelimo conhecer e sentir, em cada momento, os problemas, as necessidades, as opiniões, críticas e as sugestões dos diversos sectores da população (Machel, 1977: 110-111).

Ainda de acordo com Samora Machel, o trabalho das ODM dependia política e exclusivamente da Frelimo, a quem, em primeira instância, deviam obedecer e cujos membros tinham a obrigação de «participar activamente no trabalho das organizações democráticas de massas» (Machel, 1977: 112).

Ao mesmo tempo, foi proibida a realização de greves e manifestações, assim como a existência de uma imprensa independente. Esta última, à semelhança das ODM, deveria ser um instrumento do Partido-Estado, um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido de vanguarda ao serviço da revolução, um importante elemento na luta contra o capitalismo e o imperialismo e na construção do «homem novo».

A guerra civil (1976-1992) é outro aspecto que explica o fraco desenvolvimento da SCM. Esta não só eliminou o poder do Estado em partes significativas das zonas rurais como impediu a implanta-

ção das ODM, sobretudo entre 1988 e 1998. Isto levou a que o Estado fosse substituído «pelo informal» e também pelas «ONG do Norte» (Negrão, 2003:2). Entretanto, neste caso, como o poder do Estado estava praticamente ausente, mais do que funcionar como «instituição de intermédio», a sociedade civil, em particular as «ONG do Norte», funcionaram mais como «instituição de substituição», exercendo as funções que são normalmente incumbidas ao Estado.

Com a introdução do pluralismo político em 1990, a liberdade de reunião e associação assim como a de manifestação foram estabelecidas (Artigos 75.º e 76.º da Constituição de 1990, respectivamente). As Leis 8/91, e 9/91, 18 de Julho, definiram as regras referentes ao exercício destes direitos. Igualmente, a Constituição de 1990 estabeleceu as liberdades de expressão e informação (Artigo 48.º), cuja regulamentação foi feita através da Lei de Imprensa (Lei 18/91, de 10 de Agosto). Com vista a regular o financiamento das organizações da SCM, foi igualmente aprovada a Lei 4/94, de 13 de Setembro. A nova constituição também reconhece que as organizações sociais são importantes não só na promoção da democracia e participação dos cidadãos na vida pública como também na realização dos seus direitos e liberdades (Artigo 34.º).

Com esta abertura, diversas organizações da SCM foram criadas, não se sabendo o seu número actual, isto porque o primeiro e único censo sobre instituições sem fins lucrativos, em que se incluem organizações da sociedade civil, foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) há mais de dez anos, ou seja, em 2004. De acordo com este censo, havia, na altura, 4853 organizações sem fins lucrativos não estatais legalmente reconhecidas em Moçambique (AFRIMAP & OSISA 2009: 75).

Em termos de distribuição regional, o censo do INE dava indicações bastante interessantes, constatando que grande parte destas organizações da SCM (70%) se concentrava em apenas cinco províncias, nomeadamente e por ordem decrescente Nampula (19,5%), Gaza (14,6%), Inhambane (14%), Maputo cidade (12,9%) e Maputo província (9,5%). As restantes encontravam-se nas restantes seis províncias. Entretanto, ainda de acordo com este censo, as organizações de Maputo cidade eram as mais importantes, empregando mais de metade dos trabalhadores deste sector (52%) e recebendo também a maior parte dos fundos dirigidos ao sector: 51,6%. Zambézia, com 12,5% de fundos recebidos, estava na segunda posição. Isto reflectiria os desequilíbrios regionais historicamente herdados do colonialismo e que ainda persistem cerca de quarenta anos após a proclamação da Independência (AFRIMAP & OSISA, 2009: 75). É preciso sublinhar que, mesmo no tempo colonial, os desequilíbrios regionais levavam a que apenas as associações da então Lourenço Marques (actual Maputo) fossem as mais conhecidas e as mais influentes.

Como diz um moçambicano líder de uma ONG internacional que tem trabalhado activamente com a SCM e partidos políticos, actualmente «a Sociedade Civil moçambicana resume-se a algumas organizações baseadas em Maputo, ou melhor, a algumas figuras que fazem parte dessas organizações... as organizações que estão nas províncias não passam de simples implementadoras das agendas e decisões das suas congéneres de Maputo» (entrevista a 22 de Janeiro 2015).

UMA SOCIEDADE CIVIL MENDIGA

A extrema dependência de fundos externos e a incapacidade de mobilizar recursos internos, sobretudo do sector privado local e dos respectivos membros, é outra característica da SCM. Um estudo de 2010 indicava, entre outros aspectos, que 70% das receitas das organizações da sociedade civil (OSC) provinham de países estrangeiros e apenas 25% do mercado nacional; que o Estado moçambicano contribuía, em termos financeiros, com menos de 5% das receitas mobilizadas pelas OSC (Francisco, 2010: 73). Esta situação torna a SCM bastante vulnerável à influência dos doadores e tem levado a uma certa crispação, com os primeiros a acusar os segundos de interferência nos seus assuntos internos e os segundos a afirmar que os seus fundos são mal usados pela maior parte das organizações da SCM.

Um dos nossos entrevistados, que faz parte do grupo dos países que têm apoiado a SCM, dá o exemplo da OTM, a maior organização sindical do País:

Os sindicatos [em Moçambique] são superfracos. Acho que é muito difícil não ser superfraco num contexto de elevado nível de desemprego e muito trabalho informal. Mas, além disso, tenho a certeza de que podiam fazer mais do que fazem... A Noruega, através dos sindicatos noruegueses, está a financiar mais de metade do orçamento da OTM... acima de 70%. Isto só mostra que eles quase não mobilizam financiamento dos seus membros... Sem apoio da Noruega, os sindicatos [moçambicanos] ficariam muito prejudicados (entrevista com Z. B., em Maputo, a 1 de Fevereiro de 2014).

Outro entrevistado dizia não entender como é que o OE, uma organização que congrega organizações locais importantes como o CCM, o CISLAMO e a Igreja Católica, dependia «quase exclusivamente de doações externas e não mobilizava fundos dos seus membros e ainda por cima se queixava da interferência dos doadores (entrevista com E. M., Maputo, 29 de Janeiro de 2015). De facto, algumas pessoas directa ou indirectamente ligadas ao OE ou que têm acompanhado o processo eleitoral e o trabalho do OE, entrevistadas no âmbito deste trabalho, afirmaram que, nas eleições de 2014, esta organização sofreu muita interferência, em particular da Diakonia, uma das quatro organizações que fazem parte da plataforma Acções para Uma Governação Inclusiva e Responsável (AGIR)⁴ e cuja coordenadora executiva, Iraê Lundin, é acusada em alguns círculos de ser uma agente da Frelimo infiltrada na SCM, sobretudo no OE. Sobre este último assunto falaremos mais adiante, com mais detalhes.

⁴O AGIR é um programa de cinco anos (2010-2014) estabelecido inicialmente pela Embaixada da Suécia, com o objectivo de apoiar a sociedade civil moçambicana. Mais tarde, juntaram-se a esta iniciativa a Holanda e a Dinamarca, e o programa foi renovado até 2020. Além da Diakonia, o programa é gerido por outras três organizações internacionais, nomeadamente a Oxfam Novib, IBIS e We Effect (antigo Centro Cooperativo Sueco, CCS). Na Plataforma AGIR, a Diakonia é responsável pela área de participação e responsabilização social e legal, incluindo direitos humanos e responsabilização política.

Uma breve análise da história e do perfil de algumas das mais importantes organizações da SCM, como o Parlamento Juvenil (PJ), a LDH e a AMODE, entre outras, permite perceber que a maior parte delas é pouco institucionalizada, funcionando sem normas e procedimentos e com muitos poucos membros, por vezes resumindo a sua representatividade ao próprio líder, que dirige a organização de forma vitalícia e autocrática. A sucessão ou mudança de direcção na maior parte das organizações da SCM, que muitas vezes é conflitual, ocorre em caso de morte do fundador ou da pressão dos doadores. A falta de institucionalização leva a que muitas destas organizações não sobrevivam à morte do seu fundador ou líder ou desapareçam devido a lutas pelo poder, visto que a possibilidade de sucessão por vias legais é quase nula. Neste aspecto, a SCM não difere da maioria dos partidos moçambicanos, em particular da oposição, que, desde que foram formalmente criados em princípios da década de 1990, são dirigidos vitaliciamente e funcionam de acordo com a vontade dos seus líderes, que decidem quando realizar congressos ou demitir um membro, por exemplo, sem ter em conta os estatutos.

Igualmente, os doadores entrevistados queixam-se de que, além de não serem transparentes no recrutamento dos seus colaboradores, de não apresentarem uma contabilidade organizada e de usarem os meios financeiros por elas alocados para outros fins que não os previstos nos seus programas, muitas organizações da SCM têm dificuldades em prestar contas dos fundos recebidos. Isto também leva a que a SCM seja vista como sendo pouco credível para dar lições de moral aos políticos. Esta é também uma das razões que levam a que alguns doadores repensem a forma de canalizar a sua ajuda a organizações da SCM, porque consideram que lidar com este tipo de situações requer competência técnica e humana que eles não possuem actualmente. Alguns doadores pensam que, para evitar crispções entre as duas partes, passarão doravante a canalizar ajuda através ou do Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC)⁵ ou do AGIR, instituições estabelecidas pelos diferentes doadores para acções de capacitação técnica e fortalecimento das organizações da SCM em matéria de «boa governação» interna. Tal é a situação da Noruega, por exemplo.

A SCM é também considerada «partidarizada», ou, de acordo com as palavras de parte dos nossos entrevistados, «politizada». Isto quer dizer que a percepção que existe é de que a SCM estaria ao serviço dos interesses de determinados partidos políticos, em particular da Frelimo e da Renamo.

⁵ O Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) é um programa cujo objectivo é «melhorar a governação e prestação de contas aos cidadãos moçambicanos através do fortalecimento e diversificação do engajamento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) moçambicanas na monitoria e advocacia sobre a governação (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil, 2012: 3). Criado em 2007 e com duração inicial de cinco anos, este programa tem como doadores o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Cooperação Irlandesa (Irish Aid) e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Renovado por igual período em 2012, o MASC era, até ao fim de 2014, gerido por uma empresa moçambicana de consultoria, a Cowi Moçambique ou COWI. No presente ano, o MASC foi transformado em fundação.

Segundo E. M., dirigente de uma das organizações internacionais que financiaram as actividades de algumas entidades durante o período eleitoral, parte dos doadores enfrentou dificuldades para juntar algumas organizações para que realizassem actividades conjuntas durante o processo eleitoral. Neste caso, tratava-se de criar uma Sala de Observação Eleitoral Conjunta para monitorizar o processo de votação. De acordo com os promotores da iniciativa, o objectivo de juntar as organizações da SCM era criar sinergias, na medida em que havia umas com muita experiência de participação em processos eleitorais, algumas das quais com abrangência nacional, e outras que, apesar da sua limitada capacidade e abrangência localizada, tinham credibilidade e mostravam muito interesse em participar. Um dos focos de «tensão» era a desconfiança de interferência dos partidos políticos no seio de algumas organizações da SCM, como refere um activista de uma das organizações que esteve envolvido neste processo:

O ambiente em volta das eleições é um ambiente de muita suspeição. Ou você trabalha com um parceiro «A» há muito tempo e você sabe que pode trabalhar, ou você não trabalha com um parceiro há muito tempo mas sabe que esse parceiro não tem histórico de uma posição crítica com relação a processos. Tem uma posição de proximidade em relação a determinados interesses políticos. Aí (...) tem que se proteger. (...) Estamos numa sociedade civil política: ou é anti-Frelimo ou tem proximidade de diversas maneiras. Não é um movimento puramente cívico (entrevista com A. N., em Maputo, em 23 de Janeiro de 2015).

Esta ideia é também corroborada por um académico que participou nesta Sala de Observação Eleitoral Conjunta. De acordo com este académico, algumas organizações que participaram na observação eleitoral não estavam preocupadas em ter um processo credível em si e aceite por todos, mas um processo que permitisse a vitória do partido com o qual simpatizavam. Segundo o mesmo académico, esta situação pode ser ilustrada pelo facto de se ter notado um certo desânimo e frustração da parte dos integrantes das organizações SCM logo que começou a divulgação dos primeiros resultados parciais e que eram favoráveis à Frelimo, chegando estes a abandonar a fiscalização das restantes fases da votação bem como a sua participação da Sala de Observação Eleitoral Conjunta:

A minha impressão é que (...), quando se começou a anunciar os resultados [pela Rádio Moçambique], parece que houve um certo desânimo, e aí questiona-se: afinal, estavam a fazer observação eleitoral ou tinham alguma agenda ou alguma preferência em relação aos resultados destas eleições? Por que carga de água é que, quando os resultados começaram a ser anunciados, houve uma espécie de blackout? E este blackout lembra-me aquilo que havia sido anunciado pelo OE como acordo com a CNE de anunciar os seus resultados só depois de a CNE ter anunciado seus resultados [sic]. Eu acho que houve um momento aí em que a sociedade civil se desmobilizou por alguma razão.

Isto para mim é crítico do ponto de vista do profissionalismo e da perspectiva que a sociedade civil apresenta quando participa em processos de observação eleitoral. Se ela está à espera de um resultado ou ela, de facto, foi observar um processo e ver se ele decorreu de forma livre, justa e transparente... A sociedade civil tem agendas que não são explícitas, ela estava à espera de mudança [alternância política]. Ora, a observação eleitoral é para quê? Ter um processo credível ou para garantir a vitória de um adversário? (entrevista com M. J. M., em Maputo, a 28 de Janeiro de 2015).

O *Canal de Moçambique*, um dos jornais moçambicanos mais críticos do actual partido no poder, analisando a actuação da Diakonia, afirma existirem «relações promíscuas entre a SCM, doadores e o partido Frelimo» (Guente, 2014). De acordo com este jornal, quando uma organização como a Diakonia, dirigida por uma militante da Frelimo com o beneplácito dos doadores (neste caso, da Suécia), financia uma organização pró-Frelimo como o OE, é claro que estamos perante uma teia de relações incestuosas com objectivos obscuros.

É de salientar que um responsável de um dos países doadores entrevistados também afirmou também que o papel da Diakonia nestas eleições foi um pouco ambíguo (entrevista com Z. B., em Maputo, a 1 de Fevereiro de 2015). Entretanto, como veremos, a Diakonia faz parte das organizações que se insurgiram publicamente contra algumas manipulações orquestradas pelo OE no processo de selecção de candidaturas de elementos da SCM para fazerem parte da CNE.

É preciso sublinhar que, de uma forma geral, o trabalho do OE, uma organização conotada com a Frelimo, nunca impressionou a Renamo, tendo este partido inclusive exigido o banimento desta organização após as eleições de 2009, que deram a vitória à Frelimo e ao seu candidato Armando Guebuza (AIM, 2009). Esta vitória, que tinha sido confirmada pela contagem paralela do OE, não foi reconhecida pela Renamo, que em todos os pleitos eleitorais sempre se queixou de fraudes.

Esta é, sem dúvida, uma das situações que minam a colaboração entre as diferentes organizações da SCM, levando à percepção de que existe uma SCM da Frelimo e outra da Renamo. Isto não só tem contribuído largamente para o enfraquecimento e desvio de foco da SCM como reduz a sua contribuição na democratização do País.

Embora institucionalmente fraca, «partidarizada» e minada pela «má governação», nem tudo é negativo na SCM; nalguns casos, esta tem-se evidenciado positivamente.

Foi a SCM que denunciou a chamada «lei de mordomias do poder para deputados e presidentes em exercício e após o fim do mandato», por considerá-la injusta num país onde milhares de pessoas vivem com menos de um dólar americano por dia. Isto obrigou o então Presidente da República, Armando Guebuza, a devolver a lei ao Parlamento em Junho de 2014, a qual, entretanto, havia sido aprovada pelos deputados das três bancadas parlamentares (Frelimo, Renamo e MDM) que compunham o então Parlamento moçambicano. Isto também obrigou o MDM, cujos

deputados, como já foi referido, tinham aprovado a lei, a recuar e a fazer um pedido público de desculpas à sociedade moçambicana (RFI, 2014).⁶

A SCM fez-se ouvir através de manifestações a 25 de Junho (aniversário da Independência de Moçambique) e em Outubro de 2013. Se ambas as manifestações eram contra o confronto armado entre o Governo e a Renamo, a última manifestação era também contra a onda de rap-tos que assolava o País, sobretudo a capital, Maputo. A manifestação de Outubro é considerada por muitos como a maior manifestação contra o governo realizada por organizações independentes desde a Independência de Moçambique em 1975 (Brito, 2014: 38; DW, 2013).

E mais: a SCM não deve ser reduzida apenas às organizações cujo âmbito de actuação são questões políticas, embora o censo do INE de 2004 tenha revelado que estas constituíam a maioria: 25,2%.

Inúmeras organizações da SCM ligadas a questões agrárias e ambientais têm-se evidenciado nas denúncias a actos de usurpação de terra e a danos ambientais provocados por megaprojectos. Os casos mais conhecidos são as denúncias: contra as acções da companhia brasileira de carvão Vale do Rio Doce, na província de Tete, acusada de não ter indemnizado correctamente algumas populações locais e de ter construído casas de baixa qualidade para as populações que foram obrigadas a sair dos seus locais de residência de modo que o projecto de exploração de carvão fosse posto em prática; contra o Prosavana, um programa triangular entre Brasil, Japão e Moçambique que pretende desenvolver agricultura no Corredor de Nacala com base na experiência do cerrado brasileiro e que uma parte da SCM considera que beneficiará apenas o grande capital e a elite política moçambicana; contra a exploração ilegal e danosa ao ambiente envolvendo maioritariamente cidadãos chineses em parceria com figuras ligadas à elite política no poder.

A SOCIEDADE CIVIL NA CNE: UMA FACA DE DOIS GUMES?

Para as eleições de 2014, e sob proposta da Renamo, foi efectuada uma alteração à lei eleitoral. A alteração resultava das negociações entre a Frelimo e a Renamo no chamado «diálogo para a cessação de hostilidades», que decorre desde Fevereiro de 2013, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, e que culminou com o acordo de cessar-fogo em Setembro de 2014.

A nova lei eleitoral (Lei 8/2014 de 12 de Março, que alterava a Lei 6/2013, de 22 de Fevereiro, Artigos 5.º e 6.º) preconizava que, além de um presidente e dois vice-presidentes, a CNE era composta por dezassete vogais, designados da seguinte forma: cinco representantes da Frelimo, quatro representantes da Renamo, um representante do MDM e sete membros das

⁶ Entretanto, ignorando os protestos da SCM, a lei viria a ser aprovada em Dezembro de 2014, apenas com votos da Frelimo.

organizações da sociedade civil. Os representantes dos partidos políticos são eleitos pela Assembleia da República.

No Artigo 6.º, número dois, a lei estipula ainda que «os sete membros provenientes das organizações da sociedade civil legalmente constituídas são propostos pelas organizações da sociedade civil integradas em fórum das organizações da sociedade civil ou a título individual, sendo o processo conduzido por uma comissão *ad hoc*, criada pela Assembleia da República, nos termos de resolução específica que anuncia o processo de desencadeamento de candidaturas».

Com esta alteração, o número de personalidades indicadas pela SCM para fazerem parte da CNE passava de três para sete. Foi assim que o OE se posicionou para fazer a selecção das figuras da SCM que fariam parte da CNE, um trabalho que, dada a sua credibilidade, já vinha fazendo em coordenação com outras organizações da SCM desde 2007, altura em que foram introduzidas alterações à lei eleitoral (Lei 8/07)⁷. Foi neste processo de selecção de individualidades da SCM para a CNE que o CEDE e o OE tiveram um papel obscuro, acabando por seleccionar o Sheik Adbul Carimo, na altura director executivo do OE e a figura que no seio desta organização estava à frente do processo de selecção, o que levantou enorme polémica e desconfiança e descredibilizou ainda mais o CEDE e o OE, como se pode ler no extracto da entrevista que segue:

Toda a celeuma em redor do CEDE e do Observatório Eleitoral tem como epicentro este episódio. E o desconforto de várias organizações da sociedade civil e de outras sensibilidades tem que ver com este episódio [de nomeação do Sheik] (entrevista com S.E., em Maputo, a 27 de Janeiro de 2015).

Como referiu um dos dirigentes do OE, o problema não foi a indicação do Sheik em si, mas a forma como isso aconteceu. Segundo ele, no início, «o processo foi transparente, mas depois começa a mudar de figurino»:

O Sheik era o director executivo do Observatório, (...) ele é que presidiu ao lançamento do concurso [de candidaturas para os órgãos eleitorais]. O que acontece é que, duas semanas depois, ele teve de ir para Índia, para tratamentos. Tinha problemas de saúde. Então, o processo ficou a decorrer, conduzido por outros colegas. Entretanto, ele, estando fora, (...) o Dr. Mazula, num momento em que os colegas estavam a gerir o processo de selecção de candidaturas, o Dr. Mazula veio com a ideia de candidatura do Sheik Abdul Carimo, dizendo que ele tinha um perfil apropriado para ser membro da CNE e «porque não podíamos arriscar e apresentá-lo como candidato»? Na altura dizíamos que o processo é

⁷ É de sublinhar que, na altura, ou seja, da primeira vez que o OE liderou a coordenação do processo de selecção de candidaturas de elementos da SCM à CNE, houve contestação por parte do LINK – Fórum das Organizações da SCM, que alegava ser ela a mais indicada para estar a frente do processo. Para mais detalhes, ver *Notícias* (2007).

público e já recolhemos os processos de outros candidatos, e a fase primária e elementar, que é a fase documental, já passou. Já tinham sido avaliados os documentos. O que faltava era a fase de audição pública. E o Sheik, não estando, podia criar problemas de transparência, uma vez que nem para o processo documental ele havia estado. Por outro lado, é a questão da incompatibilidade, uma vez que ele era o director executivo e ao mesmo tempo candidato de um processo que seria julgado pelo próprio OE. Entretanto, a ideia era de que era preciso avançar – o Dr. Mazula tinha manifestado o interesse – e a ideia, a sugestão que saiu foi que, (...) sob égide do OE, uma vez que já havia algo em curso, não fazia sentido e isso ia manchar o processo e, como tal, quebrar um pouco a confiança do processo. (...) se o quisesse fazer, podia fazer a partir de uma organização qualquer que não fosse o OE. Uma vez que a lei permite que qualquer organização possa fazer e o OE é uma coligação de organizações (...), foi daí que ele [Brazão Mazula], que ao mesmo tempo era também presidente do conselho de administração do CEDE, avançou com a candidatura do Sheik, suportada pelo CEDE. (...) Não na lista do OE (...) os procedimentos não foram iguais aos do OE. Os do OE foram públicos, com audição pública, encontro assistido e acompanhadas pela comunicação social, os do CEDE foi só juntar os documentos do Sheik e submeter. Foi mais ou menos isso, por isso digo que foi mais ou menos polémica (entrevista com M. G., em Maputo, a 22 de Janeiro de 2015).

A eleição do Sheik Abdul Carimo para presidente da CNE foi interpretada por diferentes segmentos da SCM, incluindo algumas organizações que fazem parte do próprio OE, como, por exemplo, a LDH, como um golpe da Frelimo de modo a controlar aquela instituição eleitoral, uma vez que Mazula é membro daquele partido. Portanto, mais do que em situações anteriores, a SCM apresentava-se profundamente fragmentada nas eleições de 2014, não se sabendo, no entanto, de que forma iria participar. A fragmentação da SCM devia-se não só ao que tinha acontecido no processo de selecção de candidaturas de individualidades da SCM para a CNE, levando a que a principal organização que lida com processos eleitorais, o OE, fosse acusada de estar ao serviço do partido Frelimo, mas também porque alguns doadores desconfiavam da capacidade do OE de realizar um trabalho imparcial, transparente e abrangente e, por isso, financiavam simultaneamente diversas organizações da SCM para participar no processo de votação. Havia também concorrência das organizações da SCM pelo dinheiro dos doadores, que, aflitos pela crise no OE, estavam dispostos a financiar qualquer organização que estivesse interessada em observar eleições e que pudesse trazer credibilidade ao processo. É preciso avançar também a hipótese segundo a qual alguns doadores haviam angariado fundos para a observação eleitoral, mas, como desconfiavam do OE, tinham de arranjar maneira de usar esses fundos, e a forma mais fácil era financiar outras organizações, mesmo que estas não tivessem experiência e competência em matéria de observação eleitoral.

Entretanto, é preciso salientar que, como já se disse, a participação da SCM em processos eleitorais se resume essencialmente ao momento de votação e à contagem dos votos, sendo

as diferentes fases do processo negligenciadas, em particular o recenseamento eleitoral. Ora, o recenseamento eleitoral tem sido, desde o início, um dos pontos de discórdia entre os partidos políticos, em particular entre a Renamo e a Frelimo. Com efeito, a Renamo queixa-se sistematicamente de que o recenseamento eleitoral tem sido tendencioso e parcial, beneficiando apenas as zonas politicamente fiéis à Frelimo. Este aspecto foi, por exemplo, uma das razões evocadas pela Renamo para boicotar as eleições de 1998. Nesta altura, considerando a existência de graves irregularidades capazes de influenciar a tendência do voto, este partido exigia a realização de um novo recenseamento nos trinta e três municípios onde se realizariam as eleições e exigia uma reformulação total do STAE e da CNE, instituições que, a seu ver, estavam ao serviço da Frelimo (Hanlon, 1997). Entretanto, apesar de constituir um dos factores de tensão, pouco tem sido feito pelas instituições de administração eleitoral para aumentar a transparência e credibilidade do processo de recenseamento eleitoral (Brito, 2008).

As eleições de 2014 não constituíram excepção. A Renamo, uma vez mais, reclamou que em algumas zonas cujo eleitorado lhe é tendencialmente favorável, como é o caso da província de Manica, por exemplo, o STAE não havia deliberadamente colocado brigadas de recenseamento em número suficiente (Lusa, 2014). Este partido dizia que, nesta província assim como nas províncias de Zambézia e Nampula, as pessoas tinham de caminhar longas distâncias a pé (trinta quilómetros, por exemplo) até aos postos de recenseamento, o que já não acontecia nas zonas de influência da Frelimo, como Gaza e Maputo (cidade e província), onde as distâncias eram menores e havia mais brigadas de recenseamento. Por esta razão, a Renamo pedia não só o aumento de número de brigadas nas zonas de sua influência como também a prorrogação do recenseamento eleitoral a nível nacional, de modo que não ficasse prejudicada (AIM, 2014, O País, 2014).

Entretanto, o recenseamento eleitoral, mesmo que comprovadamente um dos focos de conflito entre os partidos políticos, tem sido negligenciado tanto pela SCM como pelos doadores, que, como já se disse, estão mais preocupados em observar a votação e contagem dos votos. Se a SCM por si só e sem o apoio dos doadores pouco pode fazer para acompanhar o processo de recenseamento eleitoral, ela tem-se esforçado pouco para mobilizar fundos para este fim. Igualmente, os doadores também estão menos interessados por esta fase do processo eleitoral. Para estes, como já se disse, o mais importante é o acompanhamento do processo de votação. A ênfase é dada à contagem paralela.

Ora, é preciso sublinhar que, de acordo com Brito (2008), o recenseamento eleitoral, um dos aspectos cruciais do processo eleitoral, exerce várias funções, nomeadamente: «assegurar aos cidadãos elegíveis o direito de voto e impedir que os que não têm esse direito o possam exercer; evitar votos múltiplos de um mesmo eleitor; facilitar as operações da votação; ajudar a evitar actos de fraude como, por exemplo, o enchimento ilegal das urnas».

Portanto, enquanto a participação da SCM no processo eleitoral se limitar apenas à fase da votação, o seu papel de credibilização dos processos eleitorais será mínimo.

ELEIÇÕES DE 2014: UMA SOCIEDADE CIVIL DIVIDIDA OU QUE SE DIVIDE?

Em relação às eleições de 15 de Outubro de 2014, a SCM estava apreensiva pelo facto de o País estar a viver um conflito armado que, mais uma vez, opunha a Renamo e o governo da Frelimo, cujo acordo de cessar-fogo tinha sido assinado a 5 de Setembro de 2014, portanto, sensivelmente um mês antes das eleições⁸. Mais: o acordo de cessar-fogo não tinha eliminado as divergências de fundo entre os protagonistas, que continuavam num processo de negociação, não concluído até a realização das eleições. É preciso salientar também que, até esse período, não estava claro se a Renamo participaria nas eleições, pois o seu líder, Afonso Dhlakama, que se encontrava foragido, ainda não se tinha recenseado.

Havia também apreensão em relação ao OE, que, devido a problemas de má governação interna e má gestão de fundos, estava em risco de não receber financiamento por parte dos doadores, e não era claro se este observaria as eleições ou não. Em virtude disso, os doadores tinham condicionado a sua ajuda a mudanças profundas: que o OE deixasse de funcionar nas instalações do CEDE, uma organização que também não gozava da simpatia dos doadores e de uma parte da SCM por estar conotada com a Frelimo e também por razões de má gestão. Para os doadores, a continuação do financiamento ao CEDE e do OE também passava pela sua reestruturação e por uma auditoria profunda às suas contas. Desde a sua criação, em 2003, o OE funcionava nas instalações do CEDE e era dirigido de maneira vitalícia por indivíduos desta instituição, de tal forma que era difícil distinguir uma da outra.

Para a direcção do OE, foi indicado o reverendo metodista Anastácio Chembeze, da OREC, uma das organizações que compõem o OE. Entretanto, o facto de Anastácio Chembeze ser visto pelos seus pares da SCM como «agente da Frelimo» não serviu para dar credibilidade a esta instituição, como veremos mais à frente. Anastácio Chembeze substituiu Guilherme Mbilana, que antes tinha sido director executivo do CEDE. E, como já se disse, era difícil distinguir o OE do CEDE, dado que funcionavam nas mesmas instalações e eram dirigidas pelas mesmas pessoas. A relação do OE com suas congéneres da SCM piorou também

⁸ Os confrontos militares entre a Renamo e o governo iniciaram-se em meados de 2013, concretamente a 19 de Junho, quando, depois de uma série de incidentes militares, o principal partido da oposição moçambicana anunciou que iria bloquear o trânsito de pessoas e viaturas na Estrada Nacional 1 (EN1), no troço entre o rio Save e Muxungué. Os desentendimentos estavam ligados, entre outros, a aspectos não cumpridos do Acordo Geral de Paz que tinha posto fim à anterior guerra civil (1977-1992) opondo os dois beligerantes.

quando Anastácio Chembeze afirmou publicamente, numa mesa-redonda de reflexão sobre o processo político eleitoral de 2014, organizada pelo MASC, que, em virtude de um acordo com a CNE – instituição vista como estando ao serviço da Frelimo –, o OE não a divulgaria os resultados da contagem paralela como era hábito, contrariando o espírito e o objectivo da contagem paralela. O extracto da entrevista que segue ilustra a forma como o reverendo Chembeze é visto pelos seus pares da SCM.

Tu tens um gajo que é o Chembeze, que é o director lá do OE, que é um gajo que carrega pastas da ministra da Função Pública, carregava pastas da ministra da Função Pública, OK? Como assistente dela durante trinta dias na China, ele é quadro do ISAP [Instituto Superior de Administração Pública], sabe o que é o ISAP, não é? O ISAP é uma instituição subordinada ao Ministério da Função Pública, ele é docente lá. Porque ele fala inglês, quando aquela senhora viajava, levava-o a ele, ele carregava pastas... Depois aparece como director do OE, não há conflito de interesses aqui? Não? A gente não fala em público para não embarçar pessoas, a gente responde com trabalho (entrevista com N. A., em Maputo, a 23 de Janeiro de 2015).

A escolha de Anastácio Chembeze, um indivíduo que alguns dos seus pares das organizações da SCM consideram que não ter experiência nem competência em assuntos eleitorais, é também vista em certos círculos da SCM como uma estratégia da Frelimo para facilmente controlar e manipular os processos eleitorais.

Foram estas as razões que, de acordo com os nossos entrevistados da SCM, levaram a que não colaborassem com o OE nas eleições de 2014. Em Agosto de 2013 (portanto, antes da mudança da anterior direcção do OE), o PJ, por exemplo, havia assinado um memorando de entendimento com o OE com vista a colaborar na fiscalização das eleições locais de 2013 e gerais de 2014, mas, depois de trabalharem juntos nas primeiras, em 2014 o PJ afastou-se do OE e avançou em parceria com outras organizações, nomeadamente o CIP, FORCOM e a LDH. Esta última, como já foi referido, fazia parte do OE, tendo-se afastado desta organização, alegando os mesmos motivos avançados pelo PJ, mesmo sem renunciar à sua filiação ao OE (entrevista com N. A., em Maputo, a 23 de Janeiro de 2015).

Entretanto, o OE explica a divergência em relação ao PJ de duas formas: o PJ queria que a contagem paralela fosse feita nas suas instalações, enquanto o OE defendia que, por razões de segurança, esta devia ser efectuada num lugar neutro e desconhecido das restantes organizações da SCM; a outra razão avançada pelo OE seria a apetência pelo dinheiro dos doadores por parte do PJ (entrevista com Z. B., em Maputo, a 21 de Janeiro de 2015).

Foi também por recearem que a instabilidade no OE impedisse a realização de uma observação eleitoral credível e abrangente que os doadores – neste caso, o DFID, a Noruega, Suécia, Dinamarca e EUA – financiaram algumas organizações locais e internacionais visando mitigar

riscos e suprir possíveis lacunas do trabalho do OE. Das organizações internacionais financiadas por estes doadores, destaca-se o Centro Carter e a Missão Europeia de Observação Eleitoral (MOE UE), que inicialmente haviam anunciado que, por razões financeiras, não iriam observar as eleições em Moçambique.

Em relação às organizações da SCM, cabe destacar o reforço do financiamento ao CIP pela Noruega, organização que já vinha sendo financiada por este país. Além do CIP, houve actividades menores de outras organizações da SCM. Entretanto, o trabalho destas organizações juntas não conseguiu suprir o vazio deixado pelo facto de que o OE, devido aos problemas já referidos, não pôde realizar o trabalho que já vinha a fazer noutros períodos eleitorais, quer em termos de abrangência, quer em termos de qualidade.

É preciso sublinhar também que a indicação de Anastácio Chembeze não era consensual entre os doadores, criando não só contradições dentro da SCM como problemas de coordenação entre eles. De acordo com Hanlon (2014b), «a USAID, DFID e Suécia/Diakonia apoiavam pessoas diferentes dentro do Observatório e da sociedade civil», o que serviu para ampliar as divisões com os outros doadores, nomeadamente o Canadá e o Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária (NIMD), que tentaram plantar as suas bandeiras, empurrar os seus projectos preferidos e trazer os seus clientes.

Estes problemas levaram a que até menos dois meses antes da realização de eleições não houvesse clareza sobre a forma como a SCM devia participar, sobre se haveria contagem paralela ou não e se o OE, a principal instituição de observação e contagem paralela, participaria no processo, por exemplo.

Entretanto, o período pré-eleitoral registou alguma actividade da SCM, nomeadamente a realização de seminários, conferências e *workshops* para discutir sobre o processo eleitoral de modo a garantir que este se realizasse num clima cordial.

Assim, o PJ organizou um evento intitulado «Conferência Nacional sobre a Paz e Prevenção da Violência Político-Eleitoral», com a participação de figuras ligadas aos principais partidos políticos, nomeadamente a Frelimo, a Renamo e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), bem como das organizações juvenis destes partidos. Participaram também no encontro figuras de algumas organizações da SCM e dos órgãos de administração eleitoral, a CNE e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) (*Notícias*, 2014b). Além do conflito armado entre o governo e a Renamo, esta acção decorria também da experiência vivida nas eleições locais de Novembro de 2013, onde se tinham registado incidentes graves, particularmente nos municípios de Quelimane, Beira e Gurué.

A 2 de Outubro, e em reacção à violência que se estava a registar durante a campanha eleitoral para as eleições de 2014, o PJ, em parceria com o CIP, o FORCOM e a LDH, emitiu um posicionamento através de uma conferência de imprensa onde também apelavam à tolerância e não-violência. Além disto, e em virtude do que estava a acontecer na campanha

eleitoral, onde, por exemplo, o partido MDM praticamente foi impedido de forma violenta de fazer campanha na província de Gaza por apoiantes da Frelimo, estas organizações previam um cenário pós-eleitoral turbulento, com alguns partidos a não reconhecerem os resultados (*Notícias*, 2014). É preciso sublinhar que os receios destas organizações não eram infundados, pois a oposição, com destaque para a Renamo e o MDM, contestaram vigorosamente os resultados das eleições de 2014, considerando que se tinham registado graves irregularidades.

Em relação à observação do processo de votação, importa referir que, com o apoio do Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária (NIMD) e da Embaixada do Canadá, algumas organizações da SCM estabeleceram uma Sala de Observação Eleitoral Conjunta, com o objectivo de monitoria, recolha e troca de informação sobre o processo de votação. A sala estava estabelecida nas instalações da STV, uma estação televisiva pertencente ao grupo privado SOICO. Além da SCM, encontravam-se representantes dos órgãos eleitorais (CNE e STAE), representantes da polícia, partidos políticos e académicos. A isto juntava-se a plataforma electrónica participativa Tcheka-lá, concebida pela Associação Olho do Cidadão, que permitia aos cidadãos enviar informações por correio electrónico, SMS e redes sociais (Facebook, Twitter e Whatsapp, por exemplo) sobre o processo de votação e de contagem de votos que eram divulgados através da STV. É preciso salientar que a Tcheka-lá se inspirava no *Ushahidi* («testemunha» em suaíli), um *software* gratuito, desenvolvido pela companhia Ushahidi, que começou a ser usado no Quénia para minimizar o impacto da violência pós-eleitoral de 2007.

A SCM também tinha observadores em diferentes locais de votação. Por exemplo, o OE participou com 2500 observadores, enquanto o PJ tinha 2000 (Hanlon, 2014a). Por seu turno, o CIP trabalhou com um jornalista em cada distrito e efectuou uma espécie de contagem paralela através de um financiamento da Embaixada da Noruega, usando informação veiculada pela imprensa, em particular da Rádio Moçambique (RM), da Televisão de Moçambique (TVM), da STV e da Miramar. O OE, como sempre fez desde 2003 e em parceria com o EISA, também realizou uma contagem paralela.

Embora de forma experimental, o método usado pelo CIP mostrou que era possível fazer uma contagem paralela de forma rápida, com poucos custos e sem recorrer a sistemas complexos, sofisticados e dispendiosos (apenas com a televisão e a rádio). Entretanto, o método usado pelo CIP apresenta limitações, como, por exemplo, o facto de não ser possível verificar se os resultados anunciados pela imprensa, sobretudo a pública, correspondiam à vontade dos eleitores.

Ao contrário do método usado pelo CIP, a contagem paralela do OE baseou-se em dados colectados em editais recolhidos por observadores desta organização em 1770 assembleias de voto, uma amostra seleccionada por método estatístico das mais de 17 000 assembleias de voto

que existiam para as eleições de 2014. Entretanto, o método do OE peca por se basear nos editais dos órgãos da administração eleitoral, que, como se sabe, têm sido acusados de parcialidade. É de salientar que, como inicialmente não havia a certeza de que o OE estaria em condições de fazer uma contagem paralela credível, os doadores esperavam que o CIP e o PJ o fizessem em parceria. Contudo, por razões não muito claras, a parceria para a contagem paralela não se concretizou, embora as duas organizações tivessem colaborado em alguns aspectos.

É preciso sublinhar também que nem o OE, nem o CIP, nem outras organizações da SCM conseguiram observar todas as mesas de voto pelo facto de os seus observadores não terem obtido atempadamente as credenciais por parte dos órgãos de administração eleitoral. Aliás, esta seria uma de entre as diferentes irregularidades que seriam apontadas pela SCM em relação às eleições.

A tabela a seguir resume as diferentes actividades realizadas pelas diferentes organizações da SCM, bem como as entidades financiadoras.

TABELA 1. ALGUMAS ACTIVIDADES DA SCM NAS ELEIÇÕES DE 2014		
ORGANIZAÇÃO DA SCM	DOADOR	ACTIVIDADE
Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)	DFID	Projecto sobre a abstenção eleitoral
Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM)	1) Suécia; 2) Delegação da União Europeia em Moçambique	1) Debates na Rádio e na TV; organização de conferências com os agentes envolvidos nas eleições; 2) Projecto Aumentando a Consciência Política e Ampliando as Vozes dos Cidadãos nos Processos Eleitorais e Democráticos envolvendo oito províncias e dezassete rádios comunitárias
Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC)	Suécia	Produção e distribuição de material relacionado com eleições; organização de <u>workshops</u> sobre ética do processo eleitoral
Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)	Suécia	Produção e distribuição de material relacionado com eleições; organização de <u>workshops</u> sobre ética do processo eleitoral
Observatório Eleitoral (OE)	(1) Suécia; (2) USAID; (3) Suíça	1) Produção de documentos e relatórios sobre eleições; 2) Apoio a actividades relacionadas com eleições
Ordem dos Advogados (OAM)	Suécia	Produção e distribuição de relatórios sobre a capacidade de cobertura eleitoral
Associação Moçambicana de Estudos e Promoção de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente (CODD)	Suécia	
Associação Centro de Direitos Humanos (ACDH)	Suécia	Treino de capacitação dos agentes de monitoria eleitoral
Parlamento Juvenil (PJ)	1) Suécia; 2) USAID	1) Educação cívica sobre direitos eleitorais (com enfoque na juventude); capacitação e formação eleitoral dos agentes de mudança; observação do processo e instituições eleitorais; 2) Apoio ao programa de engajamento de jovens na política
Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ)	Suécia	Educação cívica sobre direitos eleitorais
Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE)	Suécia	Educação cívica sobre direitos eleitorais

CONT.>>

CONT.>>

ORGANIZAÇÃO DA SCM	DOADOR	ACTIVIDADE
Liga dos Direitos Humanos (LDH)	1) Suécia; 2) EUA; 3) Noruega	1) Observação do processo eleitoral; treino e mobilização de observadores a nível nacional; 2) Promoção da educação e participação eleitoral; investigação e condenação de actos violação dos direitos humanos durante as eleições; apoio na resolução de conflitos pós-eleitorais; 3) Apoio a actividades relacionadas com eleições
Olho do Cidadão/ Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária	EUA, Alto Comissariado do Canadá	Sala de Observação Eleitoral Conjunta; Desenvolvimento da Tecnologia para plataforma Tcheka-lá
WLSA	Suíça	Programa «A dimensão do género nas eleições locais»
Centro de Integridade Pública (CIP)	Noruega, Suíça	1) Sala de Observação Eleitoral Conjunta; observação e monitoria das eleições nas províncias e distritos e todas actividades relacionadas com eleições; 2) Apoio a actividades relacionadas com eleições (através do fundo comum)

Fonte: Entrevistas com vários doadores.

Além das organizações locais, participaram, como observadores, organizações internacionais como o Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África (EISA), a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (MOE UE), o AWEPA, o Fórum das Comissões Eleitorais dos Países da África Austral (ECF-SADC, na sigla inglesa) e a União Africana (UA), a Commonwealth, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Centro Carter (TCC).

Contudo, apesar de todos os problemas e na ausência de alternativas credíveis, o OE era, para os doadores, a única organização local de abrangência nacional competente e experiente para fazer a observação eleitoral e a contagem paralela.

CONCLUSÃO

Discutir os contornos e o impacto da participação da SCM nos processos eleitorais com base nas eleições de 2014 era o objectivo central deste artigo. A principal conclusão é que a participação da SCM nestas eleições mostrou, uma vez mais, que esta ainda não está em condições de desempenhar cabalmente o seu papel de contrapeso no campo político moçambicano, contribuindo para a garantia da consolidação da democracia, exigindo aos órgãos de administração eleitoral e aos partidos políticos a realização de processos eleitorais justos, transparentes e aceites por todos os protagonistas. A participação da actual SCM nestes processos tem sido vista com muita suspeição pelos diferentes partidos políticos da oposição, em particular pela Renamo, considerando que, longe de ser um actor imparcial, não passa de um simples instrumento do partido no poder para legitimar eleições fraudulentas e desacreditar a oposição.

Repensar a participação da SCM nas eleições inclui também a maneira como se encaram os processos eleitorais, pois, como vimos, esta tem-se limitado apenas à fase da votação. Ora, como foi mostrado, para que os partidos da oposição tenham confiança nos processos eleitorais, é necessário que se supervisionem todas as suas fases, em particular o recenseamento eleitoral, que tem sido um dos grandes pontos de discórdia entre os partidos políticos.

Para terminar, algumas considerações sobre a relação dos doadores com as organizações da SCM: se, por um lado, os doadores têm contribuído para o estabelecimento e consolidação da SCM, ao mesmo tempo, a falta de coordenação, rivalidades e a concorrência entre os doadores tem tido efeitos perversos, contribuindo não só para a fragmentação da SCM mas também para a sua fragilização e desvio de foco, como se viu nestas últimas eleições.

REFERÊNCIAS

- AFRIMAP & OSISA (2009). *Moçambique Democracia e Participação Política*, Joanesburgo: Open Society Foundation.
- AIM (2009). Dhlakama exige banimento do Observatório Eleitoral. *African Elections Project*, 11 de Novembro. Disponível em:
<http://www.africanelections.org/mozambique/features/page.php?news=4631>
(consultado a 5 de Março de 2015).
- AIM (2014). Renamo formaliza pedido para adiamento do processo de recenseamento eleitoral. *Saponticias*, 23 de Abril. Disponível em:
<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/10113723042014195952.html>
(consultado a 2 Março de 2015).
- Brito, L. de (2014). Uma reflexão sobre o desafio da paz. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, A. Francisco & S. Forquilha (eds.). *Desafios Para Moçambique 2014*, Maputo: IESE, pp. 23-39.
- Brito, L. de (2008). Uma nota sobre o recenseamento eleitoral. *Ideias 2*. Disponível em:
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf (consultado a 2 de Março de 2015).
- Cahen, M. (1985). État et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant. *Politique Africaine*, (19), Paris, Karthala, 36-60.
- DW (2013). *Milhares manifestam-se contra raptos e guerra em Moçambique*. Disponível em
<http://www.dw.de/milhares-manifestam-se-contraraptos-e-guerra-em-mo%C3%A7ambique/a-17197655> (consultado a 5 de Março de 2015).
- Francisco, A. (2010). Sociedade Civil em Moçambique. Expectativas e desafios. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, A. Francisco & S. Forquilha (eds.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 50-105.
- Francisco, A., Mucavele, A., Monjane, P. & Seauane, S. (2007). *Índice da Sociedade Cível em Moçambique 2007. A Sociedade Cível Moçambicana por Dentro: Avaliação, Desafios, Oportunidades e Acção*. Maputo: Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade.
- Guente, M. (2014). Relações promíscuas na sociedade civil. *Canal de Moçambique*, 5 de Novembro.
- Hanlon, J. (2014a). 2500 Observadores do Observatório Eleitoral e 2000 do Parlamento Juvenil. *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, 42. Disponível em:
http://www.cip.org.mz/election2013/ndoc/203_Elei%C3%A7%C3%B5es_Nacionais_42-14deSetembro_observadores_nacionais.pdf (consultado a 27 de Janeiro de 2015).
- Hanlon, J. (2014b). Novo director do Observatório Eleitoral. *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, EN 31. Disponível em:

- http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2014/07/novo-director-do-observat%C3%B3rio-eleitoral.html (consultado a 2 de Março de 2015).
- Hanlon, J. (2003). Frelimo 28, Renamo 4 e uma coabitação nas eleições locais. *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, 29. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d75969.pdf> (consultado a 25 de Janeiro de 2015).
- Hanlon, J. (1997). Eleições autárquicas adiadas por um mês. *Boletim sobre o Processo Político e Moçambique* 20. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d75961.pdf>. (consultado a 25 de Janeiro de 2015).
- Hansma, T. & Troost, K. (1995). *Relatório da Observação pela AWEPA do Processo eleitoral em Moçambique* (1992-1994). Maputo: AWEPA.
- Lusa (2014). *Renamo acusa STAE de não recensear em zonas fiéis ao partido no centro de Moçambique*, 31 de Março. Disponível em: http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/RENAMO-acusa-stae-de-nao-recensear-em-zonas-fieis-ao-partido-no-centro-de-mocambique_17533129.html (consultado a 28 de Fevereiro de 2015).
- Machel, S. (1977). *O Partido e as Classes Trabalhadoras na Edificação da Democracia Popular. Relatório do Comité Central ao 3.º Congresso*. Maputo.
- Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2012). *Cinco Anos Dinamizando a Sociedade Civil*. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010/SociedadeCivilMocambique_AF_PEMBA.pdf (consultado a 5 de Fevereiro de 2015).
- Negrão, J. (2003). *A Propósito das Relações entre as ONG do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*. Disponível em: <http://www.sarpn.org/documents/d0000650/P662-Relacoes.pdf> (consultado a 25 de Janeiro de 2015).
- Notícias (2007). CNE: Observatório Eleitoral selecciona pré-candidatos da sociedade civil. *Imensis*, 25 de Abril. Disponível em: <http://www.imensis.co.mz/news/anmviewer.asp?a=8569> (consultado a 1 de Março de 2015).
- Notícias (2014a). Eleições 2014 – Escaramuças ameaçam consolidação da democracia, 3 de Outubro. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/24232-escaramucas-ameacam-consolidacao-da-democracia> (consultado a 3 de Março de 2015).
- Notícias (2014b). Processo eleitoral: PJ exige «violência zero», 11 de Abril. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/13889-processo-eleitoral-pj-exige-violencia-zero> (consultado a 2 de Março de 2015).

O País (2014). Renamo volta a queixar-se de exclusão no recenseamento, 14 de Abril.

Disponível em:

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2014/04/RENAMO-volta-a-queixar-se-de-exclus%C3%A3o-no-recenseamento.html (consultado a 2 Março de 2015).

RFI (2014). Sociedade civil moçambicana denuncia mordomias do poder. *Radio France Internacional*, 15 de Junho. Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20140615-sociedade-civil-mocambicana-denuncia-mordomias-do-poder> (consultado a 2 de Março de 2015).

